

**LAGUNA ENTRE A MEMÓRIA E O DISCURSO DO PATRIMÔNIO: AS  
LEITURAS  
SOBRE A “CIDADE-DOCUMENTO”<sup>1</sup>**

Carlos Eduardo Macagi<sup>2</sup>

Daniel Barreto Lopes<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho pretende problematizar o papel das ações e discursos patrimoniais em Laguna (SC), com enfoque no processo de tombamento do Centro Histórico da cidade. O contexto histórico da atribuição de valor cultural à Conjuntos Urbanos, inscritos nos Livros do Tombo do IPHAN, no período compreendido a partir da década de 1980, se reveste com uma nova maneira de interpretação dos fatos históricos, tal como exemplificado no processo de tombamento de Laguna-SC, iniciado em 1984 e finalizado em 1985. Tendo como ponto inicial de discussão o processo de tombamento a nível federal de Laguna, procuramos investigar como se deu a atribuição de valor cultural a partir de seu valor histórico, onde ressalta-se não o valor excepcional arquitetônico, mas sim o de documento para a história urbana do país pelo papel desempenhado em função de sua localização e pelo valor de “testemunho histórico” da ocupação humana no território. Após a investigação dos motivadores e critérios na documentação do processo de tombamento federal de Laguna, percebemos que, ao longo do tempo, os conceitos de preservação utilizados no processo de patrimonialização de Laguna pelo IPHAN continuam em voga. No entanto, as modificações paradigmáticas da instituição, bem como a evolução do pensamento internacional acerca do patrimônio, propõe trabalhar o patrimônio como potencial de desenvolvimento socioeconômico e cultural, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida das populações detentoras dos bens culturais. Tal expectativa levanta, pois, questionamentos sobre até que ponto o discurso de patrimônio autorizado construído pelo IPHAN dialoga com os lagunenses e como esses moradores se apropriam desse discurso patrimonial. Para essa análise, utilizará da metodologia da história oral, a fim de melhor entender como o espaço patrimonializado é valorado pelo discurso de memória idosos locais e, dessa forma, contemplar diferentes leituras sobre a "cidade- documento".

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi produzido no âmbito das práticas supervisionadas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN (PEP/MP), com recursos financeiros do IPHAN na forma de bolsa e auxílio de pesquisa.

<sup>2</sup> Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista latosensu em História Cultural pela Universidade Tuiuti do Paraná, bacharel em Cinema e Vídeo pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e, atualmente, mestrando profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. E-mail: cmacagi@gmail.com

<sup>3</sup> Licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará e atualmente mestrando do programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural-IPHAN/PEP/2016. E-mail: danielblopes18@gmail.com

**Palavras-chave:** História. Patrimônio. Memória. História oral.

## INTRODUÇÃO

Qual a política de patrimonialização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN em relação à Conjuntos Urbanos? A ampliação de centros urbanos e cidades protegidas pelo órgão federal ao longo de seus quase oitenta anos de atuação demonstra-nos que sempre houve uma preocupação de acautelar centros urbanos pelo seu valor histórico e artístico. Ainda antes da criação do SPHAN<sup>4</sup>, a cidade de Ouro Preto, através do decreto presidencial nº 22.928, de 12 de julho de 1933, foi elevada à categoria de “Monumento Nacional”, posteriormente, em 1938, inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes pelo IPHAN, seguidos de outras cidades mineiras como Diamantina, Serro, Tiradentes, São João Del Rey e Mariana. Congonhas, também localizada em Minas Gerais, foi tombada em 1941.

À época da criação do órgão, estruturado por intelectuais ligados ao movimento modernista, valorizou-se a proteção de bens relacionados ao período colonial, com destaque para Minas Gerais e sua cultura material barroca, uma arquitetura e arte “autenticamente” brasileiras. Amparado pelo Decreto Lei 25/37<sup>5</sup>, que institui o instrumento jurídico do tombamento e a criação dos Livros do Tombo, o conjunto tombado de cidades mineiras nos mostra claramente a exaltação de valores de “monumentalidade” e “excepcionalidade”, privilegiando questões mais estéticas e estilísticas desses conjuntos urbanos.

A visão que o IPHAN tinha ao acautelar o patrimônio cultural brasileiro, em especial os conjuntos urbanos, veio mudando ao longo da década de 1960, com destaque para a chamada “Carta de Veneza”, documento internacional de caráter normativo para as várias profissões envolvidas na preservação, fruto de congresso realizado em 1964 pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, em língua inglesa *International Council*

---

<sup>4</sup> Ao longo do trabalho utilizo o nome atual IPHAN. A instituição teve diversos nomes: 1937-1946 – SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1946-1970 – DPHAN, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1970-1979 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1971-1981 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ligada à Fundação Nacional Pró-Memória; 1981-1989 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1989-1994 – IBPC, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural; 1994 ao presente – IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

<sup>5</sup> O artigo I do Capítulo I do decreto-lei 25/37 refere-se ao critério do que se constitui Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”

of *Monuments and Sites*) e patrocinado pela UNESCO. A carta inicia em seu artigo 1º com o seguinte texto:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que adquirem, com o tempo, uma significação cultural

A abrangência deontológica da Carta reforça uma ideia de que os valores que adjetivam os vestígios históricos não são estanques: eles mudam com o tempo, ganham outra significância cultural, segundo o contexto de um determinado período histórico. Esse revigoramento epistemológico impactou fortemente as práticas de patrimonialização efetuadas no Brasil, a partir da dinâmica de valores que constitui a atribuição de valor a partir dos Livros do Tombo, onde

Verifica-se que, até o final da década de 1960, as cidades e centros históricos eram tombados quase sempre pelo seu valor artístico e inscritos no Livro do Tombo das Belas Artes. Faziam jus a essa inscrição as áreas que apresentassem as seguintes características: homogeneidade do conjunto, com predominância da arquitetura típica dos séculos XVII e principalmente, XVIII; integridade do conjunto, isto é, poucas alterações nos elementos arquitetônicos das edificações ou no sistema construtivo; e traçado urbanístico mais ou menos espontâneo, caracterizando o modo de urbanização predominante na América portuguesa durante o período colonial. Por seu estado de adiantado arruinamento, como já mencionamos, Alcântara foi inscrita apenas no Livro Histórico, e conjuntos descaracterizados como Congonhas do Campo, em Minas Gerais, e São Cristóvão, no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Vassouras, embora íntegra, por ter sido fundada no século XIX, também só foi inscrita neste último livro. Verifica-se, embora os critérios de seleção das cidades-monumento tenham sofrido um ligeiro alargamento no final do período, incluindo o interesse histórico e paisagístico, o valor artístico continuou predominante e vinculado às concepções que informaram os primeiros tombamentos em 1938.” (SANT’ANNA, 2014: 177).

Os critérios de seleção de Conjuntos Urbanos foram se flexibilizando, com a inscrição de Conjuntos Urbanos nos Livros do Tombo Histórico e o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A própria cidade de Ouro Preto tem seu tombamento “rerratificado” em 1986, com a sua inscrição também no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Mesmo que a concepção estética do bem continuasse a ser o principal critério de valoração, Sant’Anna destaca uma mudança na atribuição de valor aos Conjuntos Urbanos, e que também passa pelas práticas de patrimonialização de uma maneira geral.

Procuramos enfatizar aqui que, com os estudos dos processos de conjuntos urbanos, podemos problematizar melhor o discurso patrimonial do IPHAN em relação não só à formação histórica do povo brasileiro e sua problemática urbanística, mas também à possíveis e diversas

“leituras” que uma cidade pode comportar. É o que procuraremos problematizar em seguida, focando o processo de tombamento de Laguna-SC, de maneira a possibilitar a identificação de lacunas frente aos conceitos de preservação em voga e de como Laguna esses conceitos são dialogados pelo discurso de memória idosos locais.

### **LAGUNA-SC, “CIDADE-DOCUMENTO”**

Qual os valores culturais de uma cidade e seu conjunto urbano? A discussão sobre os valores que permeiam uma cidade e seu processo de patrimonialização nos remete à pensar nas narrativas em torno da apreensão do objeto cultural. Uma escrita da história norteia uma determinada produção de conhecimento e também de gestão do patrimônio cultural. Dessa forma, analisar o processo de tombamento de Laguna nos permite trilhar um caminho metodológico que nos ajude a investigar as motivações e critérios utilizados no processo de patrimonialização de Laguna-SC, bem como as modificações paradigmáticas e conceituais acerca do patrimônio urbano.

Quando o então prefeito de Laguna João Gualberto Pereira requisitou o tombamento do Centro ao IPHAN, como um “monumento nacional”, assinalava então a importância de Laguna devido a feitos heroicos:

“...com implicações históricas profundas no contexto nacional tais como passagem sul meridiano de Tordesilhas, núcleo de expansão rumo ao atual Rio Grande do Sul, sede da República Juliana, berço da Anita Garibaldi, testemunho vivo da passagem pelo Brasil de José Garibaldi.” (PEREIRA, 1984, 11)

Seja durante a ocupação bandeirante do território nacional, ou da revolução farroupilha, que acaba por refletir uma história positivista oficializada pelas gestões municipais a partir de escritos de memorialistas locais da elite local como José Johanny, Saul Ulyseu, Ruben Ulyseu e Oswaldo Cabral (BITENCOURT, 1997). Ao requisitar o tombamento, o então prefeito pautava em uma compreensão de patrimônio muito mais ligada a uma ideia de monumentalidade, aos moldes do tombamento anterior realizado pelo IPHAN na cidade, o tombamento da casa de câmara e cadeia (atual Museu Anita

Garibaldi), onde fora proclamada a República Juliana, ou seja, uma compreensão de história factual oposta pelo IPHAN, quando o órgão realizou o tombamento do Centro Histórico de Laguna em 1984, tendo como base de análise as modificações paradigmáticas da instituição nos estudos sobre tombamento.



Foto: Museu Anita Garibaldi. Fonte: Júnior Silva, 2016

Foi tomando corpo, no decorrer da segunda metade do século XX, a questão da produção de conhecimento acerca da história da urbanização do Brasil a partir de tombamentos de conjuntos urbanos que denotam a ocupação (interiorização) do território nacional. São cidades pequenas, de arquiteturas ecléticas e “modestas”, ligadas à ciclos econômicos da história do Brasil, situadas em regiões fronteiriças de caminhos antigos, e que passam a serem patrimonializadas pelo valor histórico e pela ampliação da noção de “documento histórico”. Vai ser a partir dos processos históricos da urbanização no Brasil e da hipótese do documento que a atribuição de valor histórico pelo IPHAN se revestirá como sua principal ferramenta de valoração do patrimônio de Conjuntos Urbanos a partir da década de 1980. O tombamento do Centro Histórico de Laguna/SC, em 1984-85, é um marco nesses processos, como valor de “testemunho histórico”. No parecer do arquiteto do IPHAN Luis Fernando Franco, que subsidiou o tombamento de Laguna, percebemos a atribuição de valor histórico como “documento”:

Em sua dimensão arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não aparenta as características de excepcionalidade

normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade do tombamento...

Creemos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história urbana do país, menos como sede de acontecimentos notáveis – embora estes também tenham sido ali assinalados –, do que pela escolha criteriosa do sítio, pelo papel que o povoado pode desempenhar, em virtude de sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais e, sobretudo pela forma urbana assumida afinal como precipitação espacial dos dois processos precedentes.

O parecer ressalta a valoração do Conjunto Urbano de Laguna (seu Centro Histórico) como documento para a história urbana do país, não pelo seu vínculo à história da arquitetura no Brasil, mas pelo seu papel desempenhado em função de sua localização. O tombamento de Laguna implica a preservação de sua arquitetura como “conjunto”, que faz parte do tecido urbano passível de transformações conforme o tempo e o lugar. Esse caráter processual do conceito de História foi usado como justificativa, seguindo os aportes teóricos da “nova” História social e a crítica aos documentos históricos, apropriando assim a tradição historiográfica francesa em torno dos pesquisadores da “Escola dos Annales”. O que se queria era ir além da historiografia factual “e menos ainda a da história da arquitetura reificada, justificada pela mesma. A cidade poderia ser um documento para contar a história dos processos de fora da historiografia factual, dos eventos.” (NASCIMENTO, 2016: 136).



Foto: Ruas Colombo Salles e Gustavo Richard (antiga Rua da Praia), onde se situava o antigo porto. Fonte: Elvis Palma, 2015<sup>10</sup>

Mas até que ponto a preservação de Laguna como “documento histórico para as gerações futuras”, consegue abarcar os novos desafios do campo do patrimônio, no que tange aos valores dos próprios detentores do bem cultural? Como o Centro Histórico de Laguna pode ser entendido como uma referência cultural referência cultural de atribuição de sentido e valores ao bem tombado que conferem identidade aos habitantes? São essas questões que serão trabalhadas logo em seguida, analisando como os moradores vem recepcionando o discurso autorizado referente à patrimonialização de sua cidade.

### **RECEPÇÃO LOCAL DA PATRIMONIALIZAÇÃO DE LAGUNA-SC**

Verifica-se que, após pouco mais de 30 anos de tombamento da cidade, há um desconhecimento da população e instituições públicas municipais sobre a razão que motivou o tombamento pelo IPHAN. A complexidade da construção teórica do conceito “cidade- documento”, que envolve discussões acadêmicas de diferentes campos disciplinares, acaba por encerrar a discussão sobre atribuição de valor de Laguna no campo intelectual de discussão do patrimônio, que dificulta a compreensão dos usuários locais, os isola e restringe sua participação social.

No abaixo-assinado promovido pela Associação Comercial e Industrial da Laguna endereçada ao prefeito, na época do processo de tombamento do Centro Histórico de Laguna, a fim de contra argumentar a necessidade do tombamento do conjunto urbano em sua totalidade, justificam:

“Não somos e nunca formos contra a preservação de nosso patrimônio histórico, pois todos temos orgulho de nosso passado, mas há que se considerar o que, de fato, deva ser o tombado e não generalizar suas abrangências, pois não agradaria jamais situar-nos numa posição de Olinda ou de Alcântara, cidade museus, além de outras, estacionárias” (IPHAN, 1984, 94)

Ao procurar desmotivar o tombamento do conjunto a partir da ausência de monumentalidade, a Associação Comercial e Industrial de Laguna demonstra o desconhecimento das razões do tombamento promovido pelo IPHAN. O ineditismo de uma compreensão de “cidade-documento”, cuja representatividade só poderia ser “lida” por urbanistas e historiadores da área do patrimônio, acaba por isolar os habitantes que não

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://laguna-ontemehoje.blogspot.com.br/2015/04/>>. Último acesso: 16/09/2017

possuiriam instrumentalização técnica que os capacitariam para entender uma narrativa sobre a história de sua cidade através do conjunto urbano.

Mesmo após o tombamento de Laguna, os próprios técnicos do IPHAN se viram com uma carência de instrumental para gerir uma “cidade-documento”, sendo que as ações de fiscalização locais continuaram a seguir o modelo comum a conjuntos urbanos homogêneos e monumentais, havendo uma preocupação de construção de uma cidade cenográfica, com cores homogêneas e falsos antigos (JARAMILLO, 2016).

Essa sobreposição de discursos e práticas contraditórios geram mal-entendidos e tensões locais entre os moradores e a sociedade local. Por isso, identifica-se a necessidade de fomentar o diálogo entre o IPHAN e os moradores e os demais usuários do espaço. Com esse intuito melhor articular com os lagunenses, o Escritório Técnico do Iphan em Laguna (SC) coordena o projeto “Memórias sobre o Centro histórico de Laguna (SC): relatos de experiências de vida de idosos”.

### **A LAGUNA VALORADA**

Esse projeto surge de uma demanda do Escritório Técnico do IPHAN de Laguna, como produto técnico do programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural-IPHAN/PEP/2016, que visa coletar depoimentos que formem um banco de histórias que sirvam de fontes informativas e documentais sobre a história da ocupação e da vivência social no Centro Histórico de Laguna. O projeto também atende uma demanda de futuras pesquisas acadêmicas e ações de preservação dos técnicos locais, preocupados com a importância de resgatar e preservar as memórias dos moradores idosos do Centro Histórico de Laguna, cujas trajetórias de vida não somente entrecruzam acontecimentos e transformações urbanas, mas também se integram a esse contexto por meio de suas relações familiares, de trabalho e com grupos sociais da região.

Assim, procuramos complementar o trabalho já realizado pelo Copedoc/IPHAN, que se utiliza da metodologia de história oral para produção de fontes orais, a fim de enriquecer a reflexão sobre as políticas da instituição. Nesse sentido, buscamos estender o diálogo sob a perspectiva dos “cidadãos que vivenciaram as práticas das políticas preservacionistas” (THOMPSON, 2010, p.11).

A primeira fase do projeto já realizou entrevistas temáticas híbridas com seis (de um total de 12) moradores idosos, a partir dos 60 anos de idade, escolhidos devido a





experiência

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**  
2017  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



de vida com relação ao Centro Histórico, os quais exerceram uma gama variada de profissões

- desde músicos, donas de casa, professoras, catequistas, funcionários públicos, políticos, comerciantes, profissionais autônomos etc. Durante essa primeira sondagem é possível identificar os idosos valoram o espaço urbano e como esse foi valorado no transcorrer do tempo, como um processo de ocupação simbólica da área tombada, seus diferentes usos, significados e afetos que os edifícios evocam.

Em entrevistas, encontramos a problemática que gira em torno das memórias dos moradores, principalmente os idosos, ao comentarem a sensação de se sentirem enganados pelo IPHAN, que prometera que seria mais solícito a intervenções do Centro Histórico em face ao seu caráter heterogêneo ou que só se deveria ter sido tombado prédios importantes da cidade. Quanto o prefeito de 1984 refere-se a cidade como “testemunho vivo da passagem pelo Brasil de José Garibaldi.” (IPHAN, 1984, 11), que testemunho é esse? Giuseppe Garibaldi não deixou marcas de sua passagem no conjunto urbano. Onde estão essas se não na memória coletiva e institucionalizada?

As margens da poligonal de tombamento, o Colégio Estadual Almirante Lamego, situa-se onde fora o campo de futebol dos times amadores Flamengo e Lamego e, antes disso, uma lagoa onde treinava o clube de regata Lamego “que eu me lembro, elas andavam até de canoa por ali, tinha peixe, tinha jacaré, tudo ali” (SILVA, 2017, 21 min.), só restando o nome original. Assim, num mesmo espaço carrega diversas camadas de representação, não somente através dos edifícios, mas da memória.

Entre os assuntos mais recorrentes das entrevistas encontram-se a Igreja Matriz, procissões, festas e irmandades religiosas, carnaval, o comércio do porto, atividade pesqueira, pesca com botos, escolas do centro histórico, seus cinemas, mercado municipal, times de futebol, clubes recreativos, clubes de regatas, ocupação do mar grosso (região praieira), vivências na praça Vidal Ramos (praça matriz), estrada de ferro, rodovias, vida boêmia e as bandas civis centenárias.



III SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**  
2017  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Foto: Procissão de Santo Antônio 2017. Fonte: Carlos Macagi (autor), 2016

A nostalgia e um sentimento de perda “identitária” perpassa pela maioria dos depoimentos dos idosos entrevistados, que se queixam de um “centro esvaziado”, das praças pouco movimentadas, saída da procissão de Nossa Senhora dos Navegantes e do carnaval do centro, da falência dos clubes recreativos de elite, do comércio do porto, do fim dos times de futebol e atraso das obras do mercado municipal.

“Monir - Então, quando veio o tombamento, seria com uma tentativa de preservar o patrimônio arquitetônico, mas também reativar a maneira com que as pessoas permanecessem novamente no Centro Histórico Maria - Mas não aconteceu.

Monir – Não aconteceu! Infelizmente, não aconteceu. Fizeram algumas intervenções, nas ruas, colocaram banco, abriram largos lá! Mas o povão não retornou mais. Porque houve essa mudança<sup>11</sup>! E não sei se isso acontece em outras cidades antigas também. Só te tentei dar uma idéia do que, na minha opinião aconteceu na vida do pessoal do centro histórico.” (SOUZA, SOUZA e MACAGI, 2017, 18 min.)

Mesmo que muitos desses fatores tenham se esvaído antes do tombamento, pode-se constatar que apesar da preservação institucional do conjunto arquitetônico e urbanístico do Centro Histórico de Laguna, isso não foi o suficiente para preservar e “acolher” a carga simbólica e as narrativas identitárias dos moradores.

“a forma de uma cidade, seus prédios e movimentos contam uma história não verbal do que a urbe vivenciou um dia, mas, por mais que esse patrimônio tenha sido preservado, os espaços e sociabilidades se alteraram inexoravelmente, seja enquanto forma, função e significados” (PESAVENTO, 1995, p. 284).

O Cine Mussi, um local em que muitos idosos assistiam filmes populares e namoravam, apesar de restaurado pelo IPHAN e se tornar um centro cultural do SESC, não trouxe o mesmo apelo sentimental e afetivo à sociedade lagunense veterana, sendo pouco frequentado por estes. Em décadas anteriores, acontecia o carnaval de rua do Centro Histórico, que, por política da prefeitura, foi transferido para um sambódromo fora do Centro Histórico, numa tentativa de se equiparar ao carnaval do Rio de Janeiro, o tradicional carnaval de rua parou de ser realizado, se tornando um carnaval de blocos pagos, na região da praia, sem artistas locais, como atração de turismo de praia, com exceção ao Bloco da Pracinha, no bairro Magalhães. As bandas civis centenárias contestam a falta de apoios, parcerias, recursos financeiros e adesão dos jovens. Apesar da devoção ao padroeiro Santo Antônio e o afeto que a Igreja Matriz, suas procissões e festejos representam aos idosos e comunidade geral, a sua perda de devotos e perda de sua significância são queixadas pelos entrevistados.<sup>12</sup>

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esses são alguns exemplos de que indicam a necessidade de que IPHAN não se restrinja à regulação de edifícios da área tombada e tomar papel enquanto ator político, a fim de disputar a favor dos usuários do bem cultural. Como já vem ocorrendo inicialmente com a mediação no pedido de registro da pesca artesanal com auxílio dos botos de Laguna. Para isso, é preciso ir além e compreender a cidade e sua arquitetura sob a ótica dos moradores e seus modos de narra e ler a cidade, e de como atribuem outros valores e narrativas à cidade.

Acredita-se, assim, que valorizações da memória comunitária fazem parte de novos campos de disputa por reconhecimento cultural, uma demanda cada vez mais presente por parte dos moradores e associações locais. Assim,

---

...essa busca pelo reconhecimento da memória enquanto patrimônio histórico e cultural parece emergir como uma nova estratégia política das

classes populares. No processo de hibridez cultural urbano contemporâneo, muitas reivindicações e anseios passaram a ter novos sentidos, incorporando ao seu repertório, por exemplo, parte das demandas e características do que até pouco tempo chamávamos de movimentos sociais. (NOGUEIRA, 2014: 212).

O fortalecimento do sentimento de pertença, identidade e cidadania, instigados pela valorização da memória local são fatores primordiais que devem ser levados em conta no processo de patrimonialização e na preservação, de modo a instigar a sustentabilidade econômica, a autonomia e a horizontalidade sócio-política. Desse modo, procura-se elencar no trabalho com a oralidade possíveis problemáticas em torno da memória local dos idosos locais moradores do centro histórico tombado de Laguna e o discurso e as práticas autorizadas do patrimônio pelo escritório técnico local, buscando entender as diversas formas de sociabilidade e apropriação que emergem no cotidiano da cidade e de sua história.

Dessa forma, o presente artigo visa instigar a democratização da discussão patrimonial a modo que a “cidade-documento” possa ser lida pelos seus próprios escritores, que interagem e reformulam o espaço dia-a-dia e podem “ser identificados recursos textuais através dos quais narrativas específicas são escritas, negociadas e, portanto, se tornam ferramentas culturais do processo de se lembrar” (SMITH, 2006, 64).

## REFERÊNCIAS

BITENCOURT, João Batista. **Clio positivada: a artesanía da cidade histórica de Laguna**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 1997. 213 f.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**.

Brasília:IPHAN/DID, 2000.

JARAMILLO, Maria Matilde Villegas. **Entre os Morros e a Lagoa: Laguna Cidade-Documento**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Rio de Janeiro: IPHAN, 2016. 303 p.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e Escrita da História: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 24, n. 3, p. 121-147. Set-Out 2016.



NOGUEIRA, André Aguiar. Nas Ondas do Surfe: políticas de patrimônio, cultura e memória comunitária em Fortaleza. SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Byanca Moraes da. (org). **Cultura, Política e Identidades: Ceará em perspectiva. I.** IPHAN-CE, Fortaleza, 2014. p. 205-231.

PESAVENTO, S. J. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos.** vol. 8, n. 16. Rio de Janeiro, FGV, 1995. P. 279 - 290.

SANT'ANNA, Marcia. **Da Cidade-Monumento à Cidade Documento - a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990.** Oiti Editora, 2014.

SMITH. Laurajane. **Uses of Heritage.** New York, Routledge, 2006.

THOMPSON, Analucia (org.). **Entrevista com Augusto de Silva Telles.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.

#### Fontes

**Carta de Veneza** - Maio de 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos

**Processo Nº 1.122-T-84.** Casa: Praça da Bandeira – Paço Municipal de Laguna – Santa Catarina. Informação: Nº 301/1954

**Processo Nº 1122-T-84/SPHAN/DTC/DRD.** Conjunto: Centro Histórico de Laguna – Santa Catarina. Informação Nº 107/84. Assunto: Tombamento do Centro Histórico de Laguna.

MAREGA, Antônio Carlos; MACAGI, Carlos Eduardo. **Entrevista com Antônio Carlos Marega cedida ao Escritório Técnico do IPHAN em Laguna.** Laguna, 27/06/2017

NICOLAZZI Jr., Luiz; MACAGI, Carlos Eduardo. **Entrevista com Luiz Nicolazzi Jr. cedida ao Escritório Técnico do IPHAN em Laguna.** Laguna, 04/07/2017.

OLIVEIRA, Deroci de; MACAGI, Carlos Eduardo. **Entrevista com Deroci de Oliveira cedida ao Escritório Técnico do IPHAN em Laguna: Primeiro Encontro.** Laguna, 20/02/2017.

OLIVEIRA, Deroci de; MACAGI, Carlos Eduardo. **Entrevista com Deroci de Oliveira cedida ao Escritório Técnico do IPHAN em Laguna: Segundo Encontro.** Laguna, 13/03/2017.

SILVA, Ana Nunes da; MACAGI, Carlos Eduardo. **Entrevista com Ana Nunes da Silva cedida ao Escritório Técnico do IPHAN em Laguna.** Laguna, 21/06/2017

SOUZA, Munir Soares de; SOUZA, Maria Salete Remor de; MACAGI, Carlos Eduardo.  
**Entrevista com o casal Munir Soares de Souza e Maria Salete Remor de Souza cedida  
ao Escritório Técnico do IPHAN em Laguna. Laguna, 15/03/2017.**